

Greve pode deixar o País sem telefone na eleição

Depois da greve de advertência de 24 horas deflagrada pelos telefônicos em todo o país e pelos funcionários da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), por uma reposição salarial de 132 por cento, a direção das duas estatais decidiram iniciar negociações hoje, a partir das 10 horas. Os 110 mil telefônicos dos 22 estados do Brasil ameaçavam realizar uma greve por tempo indeterminado a partir de segunda-feira, dia 13, caso a negociação não fosse aberta, o que poria em risco o sistema de apuração das eleições presidenciais.

Enquanto isto, prosseguem em todo o país as greves dos 85 mil ferroviários, mergulhadores das plataformas de prospecção de petróleo da Petrobrás, controladores civis de vôo, professores e funcionários das universidades e faculdades federais e dos servidores públicos federais. Dos 70 mil existentes em Brasília, cerca de 15 por cento aderiram à greve por uma reposição salarial de 151,54 por cento. Nos Estados, a paralisação atinge apenas os servidores da Previdência, Agricultura e Educação, de categoria formada por 750 mil servidores federais.

O presidente da Federação Nacional dos Telefônicos, Walter Pinheiro, e os representantes do comando de negociação da categoria, reúnem-se com o diretor do Departamento de Recursos Humanos da Empresa Brasileira de Te-

lecomunicações (Telebrás) Eduardo Pontual, para discutir as reivindicações. Assessores da direção da empresa acreditam que a estatal concederá 132 por cento de reposição. O mesmo deve acontecer em relação aos funcionários da ECT. No entanto, o assessor alerta para o fato de a "última palavra ficar a cargo do Ministério do Planejamento ou do próprio ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães".

Ao mesmo tempo, a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, está discutindo dentro do próprio governo a possibilidade de não ser mais intermediadora na greve dos funcionários públicos. Após a invasão do sétimo andar do Ministério, onde fica o gabinete da ministra, na quarta-feira, por cerca de 100 grevistas, Dorothea desistiu de negociar porque já havia marcado uma reunião com o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Brasília para discutir a questão. A reunião previa alterações ao texto da medida provisória Nº 95 (MP 95).

"Eu sempre aposto na negociação. As medidas de maior impacto, como a ocupação do Ministério, só devem ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de diálogo", criticou Francisco dos Santos — o Chico Vigilante, presidente da CUT em Brasília, que deixou de ser recebido pela ministra para negociar a MP 95.